

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES
(Do Sr. Roberto de Lucena)

2013.

Requeremos informações do Exmo. Sr. Ministro da Saúde sobre publicação da cartilha sob título “*Protocolo Misoprostol*”.

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 50 da Constituição Federal, e dos artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvida a Mesa, requeremos que sejam solicitadas informações ao Senhor Ministro da Saúde no sentido de esclarecer a esta Casa sobre a publicação da cartilha sob título “*Protocolo Misoprostol*”

J U S T I F I C A Ç Ã O

O Departamento de Ações Programáticas da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde editou e publicou em dezembro de 2012 a cartilha “PROTOCOLO MISOPROSTOL” devidamente registrada na Coordenação Geral de Documentação e Informação – Editora MS – sob sigla e número OS 2012/0036, com uma tiragem, na 1ª edição de 206.108 (duzentos e seis mil cento e oito) exemplares.

A cartilha já está sendo amplamente distribuída e conforme a informação encontrada na capa da cartilha impressa, ela também pode ser encontrada na biblioteca virtual do Ministério da Saúde no link: www.saude.gov/bvs.

A imprensa divulgou amplamente a intenção do Departamento de Ações programática da Secretaria de Atenção à Saúde de publicar uma cartilha que ensinasse as mulheres a usarem, para abortar, a substância Misoprostol, conhecido popularmente como Cytotec, uma das matérias que fala sobre a intenção e objetivo daquele Departamento pode ser lida no link: <http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2012/06/07/governo-prepara-cartilha-para-mulher-que-decide-abortar.htm>.

Anexo a este Requerimento, Senhor Presidente, para maior clareza cópia impressa da citada da matéria.

A divulgação de que o governo preparava a cartilha para ensinar as mulheres a abortarem usando uma substância que é proibida a venda no Brasil, causou espanto a este Parlamento e até mesmo a própria mídia. A polêmica foi levantada e o Governo imediatamente negou tal intenção o que muito nos tranquilizou.

Uma das respostas de que o Governo não estaria participando da publicação e divulgação de material voltado ao ensino do aborto seguro no Brasil veio pela própria mídia em um programa de televisão exibido pela TV Brasil na data de 12 de junho de 2012 quando o Dr. Thomas Gollop, do SBPC declarou que não havia nenhum envolvimento do Ministério da Saúde nos programas de implantação de técnicas de aborto legal no Brasil. A entrevista pode ser conferida no canal de vídeos youtube no seguinte link:

<http://www.youtube.com/watch?v= OMY MLb1H4>

Ocorre, que no final da Sessão Legislativa de 2012, já no final do mês de dezembro durante o recesso parlamentar o Ministério da Saúde nos surpreende publicando 268.108 cartilhas “PROTOCOLO MISOPROSTOL” ensinando a praticar o que o Ministério considera ser “aborto seguro”. Mas o Ministério não só publicou a cartilha de forma impressa, foi além, o que é mais grave, pois disponibilizou o material de forma on line para que seja copiado de seu site quantas milhares de vezes forem necessária, podendo ser acessado por criança, jovem e adolescente. Ou seja, a edição impressa pode ser menos de 10% (dez por cento) do que já pode ter sido buscado de forma on line. O que nos leva a informar que de fato o Ministério da saúde esta ensinando a todos como abortar usando o Cytotec.

Lendo a cartilha que nos chegou às mãos, verificamos que nela há a informação de que o material foi direcionado aos médicos obstetras, o que nos causa dúvidas e nos leva a formular o presente Requerimento para que fatos sejam esclarecidos.

Assim para conhecermos as reais iniciativas e objetivos do Departamento de Ações Programáticas da Secretaria de Atenção à Saúde e para que dúvidas sejam sanadas, requeremos que o Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde, responda os seguintes questionamentos:

1- Quais os critérios técnicos que justifique a edição e publicação da cartilha “Protocolo Misoprostol”.

2- Para quais regiões e municípios do Brasil já foram enviadas as cartilhas da primeira edição. Listar se possível os postos de saúde, hospitais, e consultórios médicos que receberam.

3- Como se deu as remessas às unidades de saúde e aos profissionais? Obedeceram que cadastro? A remessa foi via Correios? Via aérea? Transporte terrestre?

3- Já foram publicadas outras edições? Quantos exemplares em cada tiragem?

4- Qual o custo da publicação da primeira edição? Incluindo arte, impressão os valores de remessa e envio aos destinatários?

5- Informar: quantos “download” da cartilha foram feitos da Biblioteca Virtual do Ministério da Saúde? Além dos “download” informar quantos acessos a cartilha já teve, visto que muitas pessoas acessam, tomam conhecimento do material e contudo mas não baixam (copiam) do site.

6- Quantos médicos obstetras de fato têm cadastrados no Brasil? Todos eles já receberam o material?

7- Além de médicos obstetras outros profissionais da área da saúde também receberam a cartilha? Quais

Sala das Sessões, em 06 de fevereiro de 2013.

Deputado Roberto de Lucena
PV/SP